

Comissão do Senado aprova acordo da dívida e admite substitutivo

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou ontem o acordo da dívida externa acertado em julho último entre o governo brasileiro e os credores privados estrangeiros. O documento deve ainda receber aprovação do plenário do Senado, antes de sua assinatura. A Comissão concordou ainda que um substitutivo do senador Eduardo Suplicy seja apresentado ao plenário.

O substitutivo de Suplicy obriga o governo a submeter ao Senado a adesão dos 600 bancos credores à renegociação, com a consolidação das opções definitivas dos credores (são seis opções para troca dos títulos velhos da dívida por novos bônus, com 30 anos de prazo de resgate). Com isso, o senador quer ter a garantia de que, no final, o Brasil terá um desconto razoável da dívida externa de US\$ 57 bilhões renegociada. Ele apresentou uma projeção em

que o desconto médio fica em 16%, quando o ex-ministro Marcílio Marques Moreira chegou a afirmar que o Brasil teria uma redução de 35%. O relator do acordo da dívida, senador José Fogaça (PMDB-RS), calcula que o desconto da dívida irá oscilar entre 22% e 28%.

Eduardo Suplicy questionou o acordo em vários pontos e alertou que esta será a quinta renegociação da dívida e, em todas as vezes anteriores, o governo anunciou que seria o melhor acerto já feito pelo Brasil, mas eles "resultaram na imposição de grandes sacrifícios ao País" e não foram cumpridos. O senador advertiu que o governo terá de pagar aos banqueiros privados e ao Clube de Paris (dívida já renegociada com bancos centrais de países ricos) exatamente US\$ 18 bilhões em três anos — 92, 93 e 94. "Esses números mostram a situação de aperto fiscal em

que deve ficar o governo Itamar Franco. É um acordo muito rigoroso para o setor público brasileiro". Mais adiante, Suplicy lembrou que o acordo com os banqueiros prevê que o Brasil terá de adequar seu programa de ajustamento econômico às políticas do FMI e do Banco Mundial.

Por sugestão do senador Cid Carvalho (PMDB-MA), a Comissão decidiu recomendar ao Tesouro Nacional que tente negociar as mesmas condições obtidas para a dívida pública de US\$ 57 bilhões para os empréstimos externos tomados por empresas privadas, com aval da União. Para o senador, bastará que uma dessas empresas atrase o pagamento ao exterior para que a União assuma o compromisso. Com isso, a dívida se torna pública e obrigatoriamente deve entrar na atual renegociação (prazos de 30 anos, com juros de 4% a 6% ao ano).